

ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2016 - ANO XXXV, NÚMERO 2

MULHER DO FIM DO MUNDO

“MEU PARTIDO É O POVO”

A photograph of Elza Soares performing on stage. She is wearing a dark, sequined dress and has her signature voluminous afro hairstyle. She is holding a microphone and looking towards the camera. The stage is lit with blue and purple lights, and there are large speakers in the foreground.

Aos 56 anos de carreira, Elza Soares é a diva de um público jovem e politizado. Com exclusividade, fala sobre lutar, lutar e lutar

Páginas 7, 8 e 9

Previdência

Futuro dos próximos aposentados de Florianópolis e de Santa Catarina Pág 12 e 13

Balneabilidade

Como as grandes construções impactam no saneamento do Campeche Pág 14 e 15

Reitoria

Nova gestão da UFSC assume com proposta de melhoria nos campi Pág 4 e 5

Engana-se quem subestima a cultura. Cultura não se limita a entretenimento. É política, arte, resistência. A Equipe do *Zero* acredita nisso e, nessa edição, decidimos trazer duas matérias que ilustram esse fato: Elza Soares, mulher do fim do mundo, vem trazendo a força da música que fala sobre problemas sociais. A cantora fala sobre o governo, sobre sua história, suas dores e sua força extraordinária. Com ela, o cantor sexagenário, Di Melo, cantando com rapazes de 20 e poucos anos prova que a linguagem da música transcende gerações.

A matéria sobre a influência africana na Ilha é sobre resistência. Contamos a história do Coletivo NEGA que, por meio da arte, combate o racismo e resgata a cultura negra no Brasil.

Dando continuidade a nossa primeira edição deste ano, sabemos que os problemas quanto à balneabilidade não se

limitam ao Norte da Ilha, por essa razão, e pela importância do tema, decidimos mostrar outras regiões de Florianópolis com os mesmos entraves. Nossa equipe também se preocupou com as consequências da situação política nacional e como ela refletiu em nosso estado. Também trazemos uma matéria expondo a situação do fundo da previdência de Florianópolis.

Questões da UFSC também são abordadas: nossos repórteres falam sobre a troca da reitoria e o que a comunidade universitária pode esperar dela, além de tratar de um antigo problema da universidade – a permanência.

Na contracapa, mais da arte e sua beleza: Aduato, um homem simples que transforma coisas do cotidiano em obras cheias de significado.

Boa leitura!



Carlos Castilho

OMBUDSMANN

Carlos Albano Volkmer de Castilho é integrante da direção do Observatório da Imprensa e professor de Jornalismo Online. Possui mestrado e doutorado no Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós-doutorando no Programa de Pós Graduação em Jornalismo (POSJOR), também na UFSC.

É um grande prazer iniciar esta experiência como ombudsman no *Zero*, porque ela vai me permitir conhecer melhor o trabalho de vocês, alunos.

Estamos vivendo um período de transição no jornalismo, que coloca para nós uma série de desafios inéditos na história da nossa profissão. Estamos reinventando o jornalismo. Daí a importância do *Zero* como espaço para testar novas narrativas jornalísticas na era digital.

E para ir direto ao assunto, gostaria de fazer as seguintes observações sobre os textos e ilustrações do primeiro número de 2016:

a) As matérias sobre o *impeachment* e crise econômica foram muito influenciadas pela agenda e pela formatação adotadas pela mídia convencional. Predominou a fórmula declaratória “ele disse, ela disse” já exaustivamente usada pelos grandes jornais brasileiros. Teria sido mais interessante focar na reação dos alunos e leitores jovens sobre o tema, usando talvez postagens e comentários em sites selecionados na internet.

b) Em compensação as matérias sobre poluição nos rios do Norte da Ilha e violência doméstica foram muito bem desenvolvidas e editadas, especialmente a primeira. No texto sobre violência doméstica foram usados termos jurídicos que não fazem parte do vocabulário usual da maioria dos estudantes de graduação. É importante não esquecer nunca para quem estamos escrevendo. Outra observa-

ção sobre a mesma matéria. A inclusão de declarações de especialistas ganham mais impacto quando explicam algo que a descrição do repórter ou a fala de uma testemunha não explicitaram. No caso da matéria do rio Ratoles, a melhor matéria da edição, na minha opinião, faltou um pouco mais de impressões do repórter sobre sua experiência no local. O testemunho pessoal integra a arte de contar histórias, algo fundamental no exercício do jornalismo.

c) Na matéria sobre moradia estudantil, o texto está muito completo e fornece os dados essenciais para os interessados na questão, mas faltou maior documentação fotográfica para mostrar as instalações, suas deficiências e benefícios. Aqui também faltou um pouco de personalização na narrativa do repórter.

d) A reportagem com as jornalistas palestinas me marcou pela interação entre entrevistador/a e entrevistadas. Poderia ter sido interessante conhecer também, através de um povo fala, um pouco da opinião dos estudantes da UFSC sobre a questão palestina.

Paro por aqui porque o espaço acabou. Mas vocês podem criticar e fazer sugestões para futuras colunas do ombudsman do *Zero*, pelo e-mail castilho.pos@gmail.com. Até a próxima edição.

CRÔNICA

Presença virtual

POR GUSTAVO CRUZ

Minha avó materna é um quê carola, um quê mexeriqueira. Recatada só na superfície. Mãe cedo, cuidou do desenvolvimento de sete filhos, depois da vida deles, fosse de longe ou de perto. Para as crias que moram longe como minha mãe, os fuxicos soavam espirituosos. Muitas vezes ouvi “que figura, a sua avó!”

No Dia das Mães do ano passado, um tio presenteou a vó com um smartphone. Não era o da maçã, nem um dos outros mais conhecidos, mas era decente. Tela sensível ao toque, possibilidades infinitas de aplicativos, capa rosa com bolinhas douradas – era pudico e festivo como a dona.

O domínio do brinquedo foi conquistado depois de quinze dias de perturbar uma prima. Nunca vou esquecer o espanto ao receber a primeira mensagem de WhatsApp dela. Nossa primeira conversa começou com uma montagem cafona de Nossa Senhora Aparecida e rosas vermelhas ao fundo. Eu deveria saber que não daria certo.

No dia seguinte, lá estava ela: perfil no Facebook, Twit-

ter, Instagram. Por uma semana, achei a avó cool. Matei a saudade que vê-la só duas vezes por ano provoca. Via o café da manhã gostoso que ela prepara, ria com as fotos da feira ou da academia, trocava mensagens de áudio enquanto ela zapeava no horário nobre da tv, antes de dormir.

Até que a avó resolveu compartilhar um vídeo do Político Reaça Caricato. Foi espantoso para mim. Mais ainda para a mãe. Ela passou a ‘stalkear’ sua própria velha nas redes. Registrava os vexames. Comecei a receber prints assustadores de comentários nas páginas de notícias, de RTs e ‘curtidas’ em boatos maldosos. Não era possível. Minha avó... Reacionária?

Senti falta da saudade. Cortei laços virtuais. Ela ainda está lá, talvez ainda mistura Jesus e a bandeira do Brasil. Só recebo suas fotos do cotidiano. Olho e lembro da avó por quem tenho carinho. O poeta tinha razão: a saudade é a presença dos ausentes. O amor, na lembrança, é invariavelmente mais fácil e puro.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Ano XXXV - Nº 2
Maio de 2016

★
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★
Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

★
Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015

★
Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015

★★★★★
Melhor Peça Gráfica
Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

EQUIPE

Amanda Casemiro, Ana Carolina Vaz, Betina Ramos, Carol Andrade, Felipe Freitas, Gabriel Daros, Gabriel Neves, Gabriela Bankhardt, Gabriela Pederneiras, Gabriela Prestes, Gisele Flores, Gustavo Cruz e Souza, Icaro Navarro, João Marcos Halliday, Juliana Fernandez, Leonardo Filomena, Livia Rezende, Lucas Weber, Luciane Toledo, Luisa Scherer, Manuel Vitart, Matheus Alves, Michel Gomes, Miriam Amorim, Nahomie Laurore, Pedro Stropasolas, Roberta Bucheler, Rubens Lopes, Taynara Nakayama, Vitor Shimomura, Willian Rotta

EDIÇÃO

Malena Wilbert e Marina de Oliveira

CAPA

Lucas Weber

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Janara Nicoletti
SC 02957 JP

Frederico S. M. de Carvalho
SC 01787 JP

MONITORIA

Cintya Ramlov e Fernanda Costa

IMPRESSÃO

Gráfica Graf Norte

TIRAGEM

5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO

Nacional

FECHAMENTO

30 de maio

Política de permanência é escassa

Foto: Luciane Toledo/Zero

PRAE não comporta a demanda gerada pelas ações afirmativas e estudantes ficam sem auxílio.

O anúncio do Ministério da Educação (MEC) sobre o corte do repasse do programa Bolsa Permanência para as universidades federais de todo o país gerou preocupação entre os alunos beneficiados na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A medida do MEC suspende o repasse de novos auxílios para alunos de medicina de baixa renda.

Na UFSC, o programa Bolsa Permanência do governo federal atende alunos de comunidades indígenas, quilombolas e de medicina, em situação de vulnerabilidade social. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC (PRAE), diz que somente o curso de medicina atende ao requisito mínimo de carga horária diária de cinco horas. De acordo com a assessoria de imprensa do MEC, o recurso é repassado para a universidade que tem autonomia para definir quais cursos serão contemplados com o programa.

Com os cortes do MEC, os novos alunos de medicina com baixa renda serão afetados. Os auxílios para indígenas e quilombolas vão continuar sendo oferecidos nos próximos semestres, conforme determinou a medida do Ministério. Os participantes do movimento estudantil “Resistir para Permanecer” se preocupam com a postura que a universidade vai tomar em relação aos cortes. Para Lucas Henrique Silva, representante do movimento, a universidade “não pode encarar isso com naturalidade. Esperamos que o novo reitor não seja um mero gestor e brigue pelos alunos”.

Visando minimizar os danos para os alunos, a PRAE decidiu aumentar o número de Bolsas Estudantis, programa oferecido pela UFSC. Segundo o pró-reitor, Pedro Luiz Manique Barreto, serão 185 novas bolsas oferecidas a partir do próximo semestre. “A partir de agora os estudantes de medicina vão concorrer às Bolsas Estudantis”.

Para participar dos editais das bolsas estudantis, os alunos precisarão ter o cadastro socioeconômico aprovado, como já era pedido para as bolsas permanência, e se inscrever no edital. O valor desse auxílio corresponde a R\$ 615. As 190 bolsas permanência existentes na universidade devem continuar beneficiando os que já foram contemplados. Do total, 99 estão disponíveis para indígenas, 14 para alunos quilombolas e 77 para os de medicina.

De acordo com o MEC, os cortes ocorreram por conta da ampliação do programa para os estudantes em vulnerabilidade social. O programa teria sido criado para atender somente estudantes de comunidades indígenas e da etnia quilombola, mas depois da ampliação, o número de bolsas passou de 4.736 para 13.931 beneficiados, o que teria gerado um estouro no orçamento. Ainda segundo o comunicado, o ministro Mendonça Filho, que tomou posse no último dia 12, está fazendo um levantamento da situação antes de tomar qualquer decisão nova.

Em nota oficial, o novo ministro negou que sua primeira ação tenha sido interromper a distribuição dos benefícios a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do programa Bolsa Permanência. Ele afirmou que esta foi uma das últimas medidas tomadas pelo ex-ministro da pasta, Aloísio Mercadante.



Em maio, assembleia debateu situação da moradia dos estudantes no campus da UFSC em Florianópolis

Moradia Estudantil

Além da Bolsa Permanência, outro meio disponibilizado pela universidade para assistência aos acadêmicos é a Moradia Estudantil, assunto que tem sido debatido por apresentar problemas estruturais. Depois de pressão e reivindicações de alunos e do movimento estudantil, o prédio novo, onde as falhas são mais evidenciadas, será reformado. Representantes da PRAE e das secretarias de Ações Afirmativas e de Obras vistoriaram o local e constataram infiltrações na cobertura. Segundo o pró-reitor Pedro Luiz Manique Barreto, a situação deve ser resolvida em caráter emergencial. A nova gestão promete dar a maior atenção possível nesses primeiros meses de trabalho às questões de permanência levantadas pelos estudantes.

A reforma sucede uma reunião do reitor Luis Carlos Cancellier com os alunos da moradia, depois de um protesto do Comitê de Luta pela Permanência durante solenidade de posse da nova gestão. Cancellier disse que irá investigar o porquê das mudanças nos editais de bolsas e assegurou que o regimento da Moradia Estudantil deve ser alterado para que indígenas e alunas mães possam, com seus filhos, ocupar uma vaga no local. O reitor garantiu que as obras de reforma serão executadas.

Durante a visita de Cancellier na residência dos acadêmicos, representantes do movimento “Permanecer para resistir” pediram o aumento do auxílio moradia e um alojamento provisório para os alunos em condições de rua.

No ato da posse do novo reitor, Ana Zandoná, que foi despejada após decisão judicial, apresentou seu caso ao dirigente e, no dia seguinte, Cancellier prometeu fazer da permanência sua “obsessão”. Segundo a PRAE, a abertura de novas vagas depende de questões orçamentárias.

“Agora tô me virando, fico na casa de amigos que estão me ajudando”, diz Ana. Ela articula com certa tranquilidade depois que foi expulsa da Moradia Estudantil num processo de reintegração de posse que ocorreu em fevereiro deste ano. Segundo a aluna de Psicologia, sua família é humilde e não tem condições de ajudá-la financeiramente para se manter em Florianópolis.

Legado que se agrava

Os resultados dos editais para bolsas estudantis e para as vagas da Moradia Estudantil foram divulgados no fim de abril. Um novo edital para bolsas estudantis foi publicado no dia 28 do mesmo mês como resposta à pressão do movimento estudantil depois que alunos dormiram na porta da PRAE para garantir vaga na fila do cadastro socioeconômico.

O episódio trouxe à tona a questão do sistema de atendimento aos estudantes que precisam dos auxílios. O pró-reitor de Assuntos Estudantis Pedro Luiz Manique Barreto reconheceu a falta de efetivo na PRAE. Hoje são quatro assistentes sociais trabalhando e “já pedimos a chamada de um candidato que passou no último concurso”.

A PRAE assegura ainda que, com algumas vagas a serem abertas, serão chamados mais cinco estudantes para a Moradia Estudantil. A medida encontrada para tentar solucionar o problema de alunos sem moradia, foi abrir o número máximo de vagas no primeiro semestre de 2016.

Estimativas da PRAE mostram que foram disponibilizados, até abril de 2016, 643 auxílios alimentação para alunos de Blumenau; 526 auxílios emergenciais de alimentação durante o recesso; 23 auxílios alimentação para estudantes de medicina; 3.018 isenções para o Restaurante Universitário; 10 mil refeições subsidiadas por dia no campus de Florianópolis; 30 auxílios creche; 1.294 auxílios moradia; 2.073 bolsas estudantis; 23 convênios com a FUNAI; 70 isenções de atividades esportivas; 150 isenções para cursos de língua estrangeira; 167 vagas na moradia estudantil; 67 bolsas permanência do MEC; 19 alojados e 9 com cotas de bolsa pelo apoio emergencial de permanência. Sobre o programa de moradia, apenas o Campus de Florianópolis possui uma Moradia Estudantil. Nos Campi de Araranguá, Curitiba e Joinville são oferecidos o Auxílio Moradia e a Bolsa Estudantil. ☺

Luciane Toledo
santiagodemelo.luciane@gmail.com
Nahomie Laureore
nahomielauore@gmail.com



Cerimônia de posse precisou ser interrompida por manifestação de estudantes que reivindicaram soluções para a falta de vagas na moradia estudantil, em Florianópolis.

Novo reitor para antigos problemas

Durante a campanha, Luis Cancellier se posicionou a favor da EBSERH e da Polícia Civil no campus.

Estamos deixando à vocês a casa em ordem. Foram muitos desafios, mas acreditamos termos feito a nossa parte.” Foi com essas palavras que Roselane Neckel finalizou seu mandato como reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no dia 10 de maio. Alvo de muitas reclamações devido a falta de diálogo e burocratização das relações, diz ter se despedido do cargo de consciência tranquila. O ponto forte de seu mandato, segundo ela, foram as obras concluídas e as aquisições de novos espaços para a instituição. Fica para o próximo reitor, Luis Carlos Cancellier Olivo, o desafio de resolver questões históricas, como segurança no *campus* de Florianópolis, permanência estudantil, manutenção da estrutura e aproximação com os outros *campi*. Além disso, o novo gestor também vai precisar lidar com os cortes orçamentários nos repasses do Governo Federal.

O ponto positivo da gestão da primeira mulher reitora da UFSC, como ela mesma destaca em entrevista ao *Zero*, foi a criação dos setores de Contadoria e Corregedoria, que têm como objetivo a boa utilização dos recursos da Universidade. Como ponto negativo, lamenta a situação financeira enfrentada durante sua gestão, implicando em problemas na assistência estudantil. “Acredito que poderíamos ter feito mais se não fossem as dificuldades financeiras dos últimos dois anos, em especial em relação à aquisição de prédios para a moradia estudantil. Esse trabalho ainda precisa ser feito”.

Neckel mostra satisfação com seu trabalho e cita o último ato da gestão,

a aquisição do *campus* de Araranguá. “Com certeza estamos deixando a UFSC com uma estrutura acadêmica muito boa. Hoje o *campus* da Unisul é da UFSC. Foi adquirido. Foi comprado. Missão cumprida de cabeça erguida”.

Novos desafios

A partir de agora, todos os *campi* são responsabilidade do novo reitor. Sobre o assunto, Cancellier elencou três prioridades. Primeiro, a infraestrutura, citando a possibilidade

de construir um prédio em Joinville, onde a UFSC é hospedada em uma estrutura alugada. A mesma solução será pensada para Blumenau, onde todos os prédios também são alugados. Curitiba e, agora, Araranguá possuem sedes próprias. Sua outra preocupação é a quantidade de servidores e técnicos administrativos, considerada insuficiente para atender as demandas dos outros *campi*. Por fim, ele propõe que as unidades fora de Florianópolis cresçam em número de

novos cursos e que sejam principalmente de pós-graduação. Em Araranguá e Curitiba está prevista, como parte do plano de expansão, a criação de dois cursos de Medicina ligados ao programa Mais Médicos.

Resgatando os problemas da gestão anterior, ele propõe uma mudança nas políticas de comunicação da reitoria e pró-reitorias. Roselane se elegeu com a promessa de aproximar a reitoria da comunidade acadêmica, criando um ambiente democrático e aberto baseado na comunicação, mas durante seu mandato, a falta desse ambiente foi a maior crítica à sua gestão. Docentes, discentes e técnicos se mostraram desapontados com a falta de diálogo. O coordenador geral do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (Sintufsc), Celso Ramos Martins, disse ao *Zero* que “o problema foi que não houve diálogo durante a gestão, o canal para conversa foi burocratizado”.

Cancellier garante que os pró-reitores serão instruídos a receber a comunidade acadêmica sempre que houver uma demanda que necessite de diálogo. Segundo o reitor, seu mandato será calcado na conversa e estará aberto a receber as reclamações e propostas “sem terceirizar confrontos”.

Outra questão polêmica do mandato da professora Roselane girou em torno da adesão do Hospital Universitário (HU) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). É uma solução proposta pelo Governo Federal para resolver os problemas administrativos que os hospitais universitários enfrentam, por meio da administração hospitalar e a contratação do quadro

Professores devem salários

A Unidade de Referência de Preços (URP) foi criada em 1987 como um mecanismo de correção salarial para suprir perdas inflacionárias no salário de professores, pensionistas e trabalhadores das mais diversas categorias, como policiais e servidores. Em 1989, o Plano Verão extinguiu a unidade, o que gerou perdas salariais e uma série de ações judiciais contra o governo, exigindo o retorno do valor perdido.

Os processos foram bem sucedidos e os trabalhadores ganharam a causa, mas em 1994, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com base na ação do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que a lei que extinguiu a URP era constitucional e que não haveria direito adquirido dos servidores ao reajuste. No total, 1805 professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre eles ativos, aposentados e seus herdeiros, receberam da Secretaria de Gestão de Pessoas da Universidade (Segesp) um comunicado informando a devolução de todos os valores recebidos de julho de 2001 a dezembro de 2007, referentes à 26,05% a mais do seu salário todo mês.

O Sindicato dos Professores da UFSC (Apufsc) recorre da decisão desde o início do processo, alegando ilegalidade do corte. O atual presidente, Wilson Erbs, se queixa que a maioria dos professores são aposentados ou não estão em condições financeiras para fazer a devolução. A secretária geral da Apufsc, Edinice Mei Silva, espera que na gestão de Cancellier a reitoria se posicione e defenda os professores ativos e pensionistas da Universidade. Segundo ela, na gestão de Roselane Neckel não houve apoio e nem sequer comunicação sobre o assunto que preocupa muitos. O sindicato defende que o assunto seja tratado administrativamente, dentro da Universidade, e não levado a órgãos exteriores.

de funcionários pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em sua campanha, a ex-reitora prometia a manutenção do HU como um hospital-escola com caráter 100% público, mas na prática, a sustentação dessa estrutura se mostrou problemática e as condições de atendimento e ensino decaíram. Foram realizados debates junto à comunidade acadêmica para esclarecer dúvidas sobre a adesão e, por fim, realizada uma consulta pública, onde a Universidade disse não à EBSEH com 70% dos votos. Porém, o voto do Conselho Universitário (Cun) foi contrário. Em dezembro de 2015, a votação realizada na sede da Academia da Polícia Militar decidiu aderir à EBSEH.

Os técnicos administrativos, alunos e professores esperam agora que o novo reitor seja rigoroso no contrato com a empresa, garantindo o que todos os setores da Universidade pedem: que o HU funcione 100% vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e com a proposta de ensino, pesquisa e extensão. Cancellier se posiciona a favor da EBSEH: “a empresa é pública, não se trata de uma privatização. Se coloca os servidores que faltam, qual o problema? O problema é o regime de CLT? Você está perdendo de vista a capacidade de ampliar, de manter o hospital como hospital-escola para os alunos e pior ainda, está perdendo a capacidade de atender o povo pobre, que é o povo do SUS, tudo isso por conta de um regime de trabalho? Aí enfrentamos a discussão”.

Plano de ação

Como primeira medida, o reitor pretende fazer um mapeamento da situação estrutural dos *campi*. Estacionamentos, salas de aula, iluminação e as obras serão fiscalizadas em um primeiro momento. Depois, a proposta é que se faça um mutirão para “deixar o *campus* mais bonito, saudável e seguro”. A pretensão é atender um pedido da comunidade universitária que vê os desgastes nas paredes, nas salas e nos corredores. Sobre a preservação da estrutura, em tempos de cortes

orçamentários, o reitor respondeu que vai dividir a demanda em duas frentes para melhor atendê-las: renovação dos contratos de manutenção e diminuição do ritmo das obras. A ideia é tornar prática a realização de mutirões e a conscientização dos acadêmicos quanto a conservação da estrutura física.

AS LUTAS ESTUDANTIS SE REPETEM A CADA GESTÃO, ASSIM COMO AS PROPOSTAS PARA ATENDÊ-LAS.

Os técnicos administrativos formaram uma base importante na decisão da eleição: 62% apoiaram Cancellier no segundo turno. Para essa categoria, o reitor promete atender uma reivindicação histórica: a implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais, divididas em três turnos de seis horas. A adesão seria feita de modo gradual, estudando os locais que receberiam primeiro a mudança e, aos poucos, implementada a outros. Celso Ramos Martins, coordenador do Sintufsc, defende que isso possibilita a melhora do atendimento à comunidade interna e externa da UFSC.

Outro pedido dos técnicos, compartilhado com os professores, é que a reitoria interceda por eles em um cenário nacional de crise econômica em que cortes orçamentários já foram anunciados. Os colaboradores da instituição exigem que o reitor os defenda diante das decisões externas. No caso dos professores, eles pedem que questões como as URPs possam ser resolvidas de forma administrativa e que não sejam designadas para decisões externas.

Os professores associados ao Sindicato das Universidades Federais (Apufsc) solicitam também o reconhecimento desse como único sin-

dicato legal representante da categoria. O diretor Wilson Erbs diz que cerca de metade dos professores da UFSC são associados à instituição, que é independente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

Demandas dos alunos

As lutas estudantis continuam a cada gestão, assim como as propostas para atendê-las. Segurança, permanência e diálogo são os principais pontos levantados por Plínio da Silva, representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Em resposta, Cancellier diz que pretende trabalhar a questão da segurança no que tange o patrimônio e a segurança física e moral de quem frequenta a universidade e estimular a conscientização contra danos patrimoniais.

Para conter os assaltos que acontecem dentro do *campus*, ele promete melhorar a iluminação e fortalecer o Departamento de Segurança da UFSC (Deseg) para que possam ter ações mais efetivas contra assaltantes. O reitor também pretende criar a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade para defender e auxiliar as minorias contra danos morais e preconceitos.

A polêmica permissão da entrada da Polícia Militar é defendida pelo atual reitor sob algumas condições. Cancellier sustenta que há policiais civis com boa formação e são esses profissionais que quer dentro dos *campi*. “Pode ser policial civil com formação em criminologia, direitos humanos, em criança e adolescente”. Além disso, o novo reitor acredita que a presença de policiais pode inibir qualquer tipo de ação maliciosa e fazer a proteção física da comunidade acadêmica. Implantar no *campus* um posto da polícia civil de proteção à mulher também é cogitado. ☺

Michel Gomes

imichelgomes@gmail.com

Gabriela Pederneiras

pederneiras.g@gmail.com

Fotos: Michel Gomes/Zero



“Pode ser policial civil com formação em criminologia, direitos humanos, em criança e adolescente”.

Nova gestão

Reitor

Luis Carlos Cancellier Olivo



Vice-Reitor

Alacoque Lorenzini Erdmann



Pró reitorias

Graduação

Felício Wessling Margotti

Pós graduação

Sérgio Fernando Torres de Freitas

Extensão

Rogério Cid Bastos

Pesquisa

Sebastião Roberto Soares

Assuntos estudantis

Pedro Luiz Manique Barreto

Administração

Jair Napoleão Filho

Desenvolvimento e gestão de pessoas

Carla Cristina Dutra Búrigo

Gabinete do reitor

Aureo Mafra de Moraes

MinC é ocupado por manifestantes

Mesmo após retomada do ministério, grupo mantém o ato em protesto ao presidente Michel Temer.

Manifestantes ocuparam a Casa da Alfândega, em Florianópolis, sede do Ministério da Cultura (MinC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e da Galeria do Artesanato. O motivo é a insatisfação com o governo provisório de Michel Temer, responsável por mudanças em diversas áreas do setor público. Prédios do MinC foram ocupados em outras 18 capitais – Porto Alegre, Maceió, Macapá, Cuiabá, João Pessoa, Natal, São Luís, Belém, Fortaleza, Recife, Aracaju, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Salvador.

Funcionários do setor cultural, estudantes e artistas ocuparam o prédio de forma autônoma após o fim do expediente no dia 19 de maio. Em assembleia, decidiram organizar uma oposição apartidária ao governo que consideram ilegítimo e golpista. Pela sacada da Casa da Alfândega, penduraram uma faixa com a frase “Fora Temer!” A ocupação continua apesar da reabertura do MinC, anunciada no dia 21 de maio, após pressão popular. “Não vamos



Divulgação/ Manuela Campagna

Diariamente são organizadas rodas de conversa e debates abertos ao público.

sair porque não é só pelo MinC, é por esse governo ilegítimo que nós não reconhecemos”, explica um dos porta-vozes da manifestação.

Os manifestantes organizaram comissões de trabalho para cuidar do local. Cozinham, faxinam e separam o lixo. Artistas realizam apre-

sentações voluntárias diariamente. Ativistas e estudiosos participam de rodas de conversa e debates. A organização do Ocupa MinC divulga via Facebook a programação. Cidadãos dispostos a apresentar algum trabalho ou a dormir e ajudar a organização podem se voluntariar.

Michel Temer desagradou parte da população ao alterar vários ministérios em seu segundo dia como presidente interino. Pastas foram fechadas e suas atividades transferidas para outros ministérios. O Ministério da Educação teria uma Secretaria de Cultura para desempenhar as funções do MinC. Cinco mulheres que atuam no ramo cultural foram convidadas a assumir a secretaria e recusaram por não reconhecer o governo como legítimo.

A reabertura do MinC foi anunciada por Michel Temer após a pressão sofrida das ocupações. Vários setores e funcionários do setor cultural são contra o presidente interino.

No dia 17 de maio, o elenco do filme brasileiro “Aquarius” exibiu no Festival de Cinema de Cannes cartazes acusando um golpe de Estado no país. Cantores e atores renomados como Caetano Veloso e Letícia Sabatella também defendem o discurso contra o golpe. ☹

.....
Matheus Alves

matheusalvesdealmeida@gmail.com

AGRONEGÓCIO

Lei da Integração é sancionada em SC

Uma das primeiras ações do presidente interino Michel Temer (PMDB) foi relacionada ao agronegócio, setor da economia que mais movimentava o mercado de Santa Catarina. Temer sancionou no último dia 17 de maio a Lei da Integração, de autoria do deputado catarinense Valdir Colatto (PMDB). A proposta tem como objetivo criar um padrão para os contratos firmados entre o agricultor e a indústria, diminuindo assim as disputas judiciais, que são motivadas por dívidas financeiras, falhas e atrasos nos fornecimentos de insumos.

A legislação foi sancionada a partir do Projeto de Lei 6459 2013, relatado no Senado por Dário Berger (PMDB), e construído com a participação dos próprios produtores e representantes da agroindústria. Na atual conjuntura, o produtor repassa a matéria-prima para as agroindústrias, que a processam transformando-a no produto final. A lei estabelece condições, obrigações e responsabilidades para essa relação.

Em 2015, o agronegócio foi responsável por 61,53% das exportações catarinenses, representando um faturamento de aproximadamente US\$ 4,7 bilhões – equivalente a R\$ 16,5 bi na cotação do dia de fechamento desta edição – segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Neste ano, o setor está passando por uma mudança que preocupa produtores e indústrias. Por conta dos baixos custos, produtores estão preferindo plantar soja, o que ocasionou uma elevação no preço do milho. “A agroin-

dústria não consegue repassar os preços, fazer os reajustes. É uma dificuldade que atravessa o setor e se a agroindústria passa por uma situação complicada, isso chega ao produtor”, comenta Luiz Vicente Suzin, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC).

Segundo Suzin, o agronegócio em Santa Catarina não foi afetado pela situação política do país, pois o setor se mantém de forma independente. “Com a agricultura que nós temos, um agricultor no Brasil é profissionalizado e vem se conduzindo sem a interferência do governo federal. Nós não tivemos nos últimos anos apoio nenhum do governo em relação a agricultura. Não tivemos seguro nenhum, ele não cumpriu com as propostas dele, o que afetou bastante a situação”, afirma o presidente da Ocesc. De acordo com Suzin, o seguro agrícola deveria ser uma garantia para o produtor oferecida pelo governo federal, como forma de proteção ao agricultor que tem suas plantações sujeitas a danos externos, como estiagem, vendavais e granizo.

Economia catarinense

O cenário político tem prejudicado a confiança no mercado e vem ameaçando a economia catarinense, segundo pesquisa realizada pelo Observatório da Indústria Catarinense da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) com 215 empresas do estado. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) em abril foi de 37,5 pontos. Esse

cálculo é baseado na opinião de industriais sobre a economia do país e as expectativas para os próximos meses. Acima de 50 pontos significa confiança e abaixo disso mostra a incerteza no atual mercado.

Para o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, a alteração do contexto político é uma das possíveis soluções. “A mudança de governo abre a possibilidade de volta da confiança, um pré-requisito para a retomada do consumo, dos investimentos e do crescimento da economia, através do patrocínio de propostas e reformas que o país precisa”.

Segundo o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Ivan Tauffer, a estabilidade política será um passo importante para gerar um cenário econômico positivo, reaquecendo o mercado e promovendo a recuperação de empregos. Hoje o número de desempregados chega a 10,4 milhões de brasileiros, maior índice desde 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de ter um aumento de 1,8% no número de desempregados em relação ao trimestre anterior, Santa Catarina tem a menor taxa de desemprego. ☹

.....
Gabriela Bankhardt

gabrielabankhardt@gmail.com

Juliana Fernandez

julianafernandez94@gmail.com

Roberta Bucheler

robertabucheler@gmail.com

Rainha do fim do mundo

Com 56 anos de carreira, Elza Soares fala de racismo, machismo e transfobia em novo disco.

A janela do camarim de Elza Soares no Centro Cultural Guaíra (Curitiba-PR) treme ritmada pelo batuque de cerca de 30 fãs empolgados com vontade de conhecer a diva de 78 anos. Os músicos bebem, fumam e relaxam nos bastidores depois do show. Funcionários do teatro não querem abrir o camarim para os fãs. O batedor Guilherme Kastrup pensa diferente. “É de liberdade que a gente tá falando aqui, então deixa o povo entrar!”.

Os movimentos de Elza Soares estão limitados. Um problema nas costas, ocasionado por uma queda, forçou a cantora a passar por uma cirurgia em 2014. Ela ainda está em recuperação. Permanece a maior parte do tempo sentada. Seus gestos ganham certa delicadeza sem aparentar fragilidade: a expressão e linguajar mantém sua força. Sua decisão final é receber os fãs. Uma fila é organizada. Trios são liberados a entrar no camarim e tirar uma foto.

Com macacão de couro preto e black power roxo, Elza parece uma dominatrix. Suas falas são carregadas de vitalidade. A voz rouca ganhou mais

timbres ao longo da carreira. A idade não afeta seu vigor. Depois de se apresentar em Curitiba na sexta-feira, 6 de maio, Elza viajou para São Paulo onde fez shows gratuitos no sábado e no domingo. Perguntada de onde vem sua força, Elza levanta uma sobrancelha roxa e responde como se fosse óbvio: “De Deus, né.”

Elza canta sentada em um trono, num cenário decorado com sacos de lixo pretos. Ao seu redor, tocam em média dez músicos. A maior parte das apresentações ocorre em teatros cujas regras de etiqueta são rapidamente subvertidas. No fundo do auditório do Centro Cultural Guaíra, jovens levantam na primeira música e curtem o show dançando. Cantavam as letras. Casais apaixonados se beijam. Entre uma música e outra, além das palmas, gritam. “Casa comigo!”, gritou firme uma voz feminina. “Linda”, um homem desafinado. “Gostosa!”, outra mulher.

Análises feitas pela produção indicam mudanças na idade do público do show. No começo da turnê, as cadeiras dos teatros eram ocupadas por pessoas com mais de 40 anos. Agora, a maior parte são



mulheres de 25 à 35 anos. A faixa etária que mais cresce vai dos 18 aos 24 anos. Elza emociona-se. “É lindo você com tantos anos de carreira ver seu público se renovando”.

A música dela também modernizou-se. Seis décadas depois de lançar seu primeiro LP, Elza gravou seu primeiro álbum de inéditas. *A Mulher do Fim do Mundo* foi produzido especialmente para ela por compositores da cena musical contemporânea paulista. Guilherme Kastrup assumiu a produção. Kiko De Nucci, Celso Sin, Rodrigo Campos e Romulo Fróes completaram o núcleo criativo. Fizeram juntos 55 faixas. Dez foram selecionadas e gravadas. As letras discutem tristeza, luta, violência doméstica, transfobia, sexo e amor. Entre guitarras distorcidas e metais, sambas ganham sonoridades pesadas. A interpretação de Elza é emocionante.

A estética obscura é reproduzida nas apresentações. O palco com iluminação roxa, vermelha e azul imita um mundo pós-apocalíptico. Não há pessimismo. Elza canta sentada e imponente como uma rainha, vencedora de muitas vitórias. Faz discursos inspiradores. “Eu fui a luta e venci. É preciso lutar pelo que acontece nesse país. Quero ouvir um grito de quem vai lutar!”, declama depois de cantar o hino antirracismo “A Carne”. As palavras soam sinceras, como uma mulher negra e nascida em favela carioca é capaz de dizer.

“Maria de Vila Matilde”, canção mais famosa do disco, aborda a violência contra a mulher com uma postura combativa. “Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”, canta Elza e complementa: “ninguém mais precisa sofrer calada”. Membros da sua equipe concordam: o discurso afiado contribuiu muito para a mudança de público. Não era premeditado. “Os temas do disco são o que a gente acredita. Calhou com o momento que vivemos agora. O show está virando uma espécie de manifesto”, explica Guilherme Kastrup. “Mas não é uma coisa partidária, é uma postura social”.

Quando o público puxa um coro de “não vai ter golpe”, Elza acompanha. Pede por democracia e respeito. Em 2014, declarou que votaria em Dilma Rousseff. Depois se afastou de apoio a partido ou figura pública. Recentemente, recusou convites para participar de shows quando soube que políticos do PT (Partido dos Trabalhadores) participariam. “Eu não vou porque quero ter liberdade pra falar. Falar de tudo.” No momento, não faz previsões sobre o futuro do Brasil. “Eu tô esperando só liberdade de expressão. Eu tenho um partido, meu partido é o povo. A democracia é o que eu quero.”

“ALGUÉM TEM QUE GRITAR,
ALGUÉM TEM QUE FALAR.
ALGUÉM TEM QUE BOTAR
A CARA NO SOL E FAZER
ACONTECER”.

Entre os discursos de crítica social, Elza fala muito sobre como ama seu público. Também fala do carinho com os músicos, “a galera maravilhosa de São Paulo”. Com a agenda cheia, estão quase sempre juntos. Nos outros dias, se telefonam. “Ela é uma pessoa muito simples, direta, de certa forma meio materna com todos”, elogia Kastrup.

Elza parece uma inspiração para o grupo, tanto artisticamente quanto no cotidiano. Perto da data de estreia da turnê, pela quarta vez viu falecer um de seus filhos. Nos dias seguintes, foi aos ensaios abatida. Guilherme Kastrup conta que se preocupou, mas logo percebeu que não havia motivo. “Conforme os ensaios foram avançando a música foi dando energia pra ela e ela foi se levantando. No primeiro show ela já estava brilhante do jeito que ela é”.

Participação especial do show em Curitiba, o ator e cantor Rubi chorou ao falar de Elza. “Ela é muito orgânica. Estar perto dela é sentir uma generosidade que eu não explico”. Antes da apresentação começar, ela sentou no seu trono com as cortinas fechadas. Um preparador cortava fios desajeitados do cabelo volumoso e disparava um spray de laquê. Rubi se aproximou e deu um beijo nos lábios de Elza. Sussurrou ao ouvido dela: “Obrigado por tudo que você é”.

Show de Di M

A interação musical entre gerações diferentes é recorrente, seja entre artistas ou na relação com o público. Caetano gravou a música Baiana com Emicida. Mallu Magalhães compôs o primeiro *single* do CD *Extratropical* de Gal Costa. Milton Nascimento apadrinhou a banda carioca Dô-nica. Tom Zé trabalhou com o grupo paulista Trupe do Chá de Boldo em seu último álbum.

Em Florianópolis, os rapazes da banda Trombone de Frutas dividiram palco com o sexagenário Di Melo. Saíram de Curitiba na manhã do mesmo dia em uma van alugada, buscaram Di Melo no aeroporto e seguiram para Florianópolis. Depois de uma parada para o almoço, foram ao Babilonya Club, local do show. São quatro da tarde. Os músicos da banda – Conde Baltazar, Rodrigo Chavez, João Taborada, Marc Olaf, Thiago Ramalho, Lauro Ribeiro – estão sérios, concentrados, perfeccionistas.

O Trombone de Frutas tocou com Di Melo pela primeira vez em novembro, em Curitiba. Um mês depois, dividiram o palco com Jards Macalé. Estão juntos desde 2010. Com dinheiro adquirido através do site de arrecadação coletiva Catarse, lançaram o primeiro álbum em 2014, “*Chanti, Charango?*” Com apenas cinco músicas, o álbum evolui de jazz e bossa nova a samba e ska. A mesma música em que ouvimos o famoso instrumental de “I want you”, dos Beatles, acaba como uma animada festa cubana. “O Trombone tem essa de reciclar o som e fazer um som do mundo”, explica Conde Baltazar.

A conexão com a música de Di Melo não foi difícil. O cantor era atração de sucesso nos palcos paulistanos dos anos 1970. Lançou seu primeiro disco homônimo em 1975 e emplacou nas rádios diversos hits como “Kilariô” e “A vida em seus métodos diz calma”. Recebia pouco com direitos autorais e cachê e ficou frustrado. Decidiu abandonar os palcos e a carreira musical. Seu único disco tornou-se peça rara, avaliada em 700 euros em alguns sites internacionais. Foi resgatado por DJs nos anos



“EU ME EMOCIONO
MUITO COM ISSO,
PORQUE É LINDO
VOCÊ COM TANTOS
ANOS DE CARREIRA
VER SEU PÚBLICO SE
RENOVANDO”.

Melo une gerações de músicos no palco

1990 e por cantores internacionais como Will.I.Am.

O cantor continuou afastado dos palcos. Surgiram rumores de que ele havia morrido num acidente de moto. “Na realidade eu havia perdido a vontade mediante as coisas que aconteceram. Até que surgiu, na eira dos acontecimentos, a Gabiroba”, sua filha Gabriela, que está com dez anos de idade. A garota nasceu e Di Melo decidiu, depois de duas décadas escondido em shows intimistas e engavetando composições, retomar sua carreira. No final do ano passado, lançou seu segundo disco depois de mais de 30 anos longe das gravadoras.

A mãe de Gabriela, Jô Andrade, é também esposa, empresária artística e administradora de finanças de Di Melo. Os dois chegaram ao Babylonia Club às sete horas, depois de descansar à tarde num hostel. Saíram às cinco da manhã de São Paulo e voaram para encontrar o Trombone de Frutas em Curitiba. Gabriela ficou em casa e ligava sem parar no telefone do pai. Di Melo atende. “Ela hoje tá que tá”. Jô ri do esposo. “Os dois conversando são iguais duas crianças”.

Di Melo cumprimenta todos com um sorriso no rosto. Fala animado e às vezes começa a declamar versos sem motivo. Sobe ao palco e canta três músicas antes de receber um aviso: é hora de terminar o ensaio e organizar a casa de shows para receber o público. Ele ainda toca uma canção no violão antes de sair com a banda. Os rapazes do Trombone de Frutas parecem cansados ou tensos. Di Melo está otimista. “Vai dar tudo certo. Sei de cara quando chego e tá tudo certo, e hoje tá sim”.

Em cada concerto, Jô Andrade organiza os horários e escolhe uma banda. Di Melo não possui banda própria. Toca com grupos locais de onde passam. Na última apresentação em Florianópolis, o Sociedade Soul participou. Desta vez, o curitibano Trombone de Frutas propôs tocar com Di Melo na Ilha de Santa Catarina. Contataram a produtora de eventos Casa de Noca e organizaram o show do dia 22 de abril.

Perto da hora do show, a casa está lotada. O público não tem uma faixa etária definida. Jô parece mais uma fã reparando na multidão. “O melhor público é o do Di Melo: gente jovem, cheia de energia, todo mundo dançando”. Ele concorda. “São jovens de todas as idades, interagindo e chegando junto no som”.

A banda local Smoking Beats faz a abertura com uma hora de afrobeat. Convida rappers e músicos amigos para subir ao palco. O público começa a se animar e dançar. No camarim, o destaque da noite está sério. Come frutas – morango, abacaxi, uvas, melancia – e quase não conversa. O Trombone de Frutas apresenta as músicas de seu disco. Em seguida, Conde Baltazar introduz a atração principal. Di Melo sobe ao palco e convida outra surpresa: chama BNegão, que está na platéia, para participar do show. Nem o Trombone de Frutas esperava essa participação.

BNegão e Di Melo dançam e cantam todas as músicas. Di Melo se abana com um leque vermelho desenhado com flores. Esvazia duas caixas de água de coco ao longo do show. Declara várias vezes seu amor por Florianópolis e pelo público. BNegão exalta o cantor: “Com o Djavan, esse aqui é o maior letrista do Brasil”. Faz também discursos políticos. Revela ao microfone: hoje é aniversário de 67 anos de Di Melo.

O público canta “Parabéns para você”. Em seguida, puxa um coro de “Não vai ter golpe”. BNegão apoia. O grito de luta cessa e o ritmo dançante volta. A pouca familiaridade com o mais recente trabalho de Di Melo não atrapalha. As músicas novas e pouco conhecidas são celebradas com o mesmo ânimo dos clássicos.



BNegão, em Florianópolis para o show do Planet Hemp: “Di Melo e Djavan são os maiores letristas do Brasil”.



Di Melo: “To subindo no palco e to metendo a bronca como garoto de 17. To tirando onda e feliz por isso”.

Batizado de *O Imorrível*, o segundo álbum de Di Melo é dançante e alto astral. As canções lançadas são acúmulos de seus anos no ostracismo. O *soul* consagrado do compositor ressurgiu com aspectos mais modernos. Participaram músicos contemporâneos como BNegão e Larissa Luz, e veteranos como Geraldo Vandré e Olmir Stolcker. Há faixas suaves, funks animados e elementos de afrobeat e baião. “A linguagem é inteiramente jovem. Não é nada forçado, é uma coisa que tá fluindo, do interior para o interior”, descreve Di Melo.

O produtor Pedro Diniz reuniu 55 músicos para gravar com Di Melo em Recife. O resultado é um disco coeso e jovial, com letras reflexivas ou mais malandras, típicas de Di Melo. Além das doze canções do disco, o compositor possui outras 400 guardadas, organizadas em cerca de dez álbuns. Há parcerias inéditas com músicos consagrados, como Jair Rodrigues, Baden Powell, Wilson Simoninha e Geraldo Vandré.

O encerramento do show é o hit “Kilariô”, tocada três vezes a pedido do público. Di Melo se abana sem parar com seu leque vermelho. Desce do palco calmo. Conversa e tira foto com todos. Dá autógrafos. Vai ao encontro da banda e parte para Curitiba. Na noite seguinte, sábado, será inaugurada a Arnica Cultural, centro de cultura dos membros do Trombone de Frutas. Tocarão novamente juntos, para um público de 1600 pessoas. Di Melo está cansado, mas não reclama. “To subindo no palco e metendo a bronca como um garoto de 17. To tirando onda e feliz por isso”.

No próximo semestre, o Trombone de Frutas planeja lançar seu segundo disco. Di Melo também pretende algo para “muito em breve, muito mais em breve do que você imagina.” ☺

.....
Matheus Alves

matheusalvesdealmeida@gmail.com

Taynara Nakayama

taynara.nakayama.s@gmail.com

Fotos de Lucas Weber

lucasweber8@gmail.com



Juan Quaresma durante a exibição do espetáculo.

Fotos: Carol Andrade/Zero



Em "Preta-á-Porter", o grupo teatral NEGA, coletivo da Udesc, traz reflexões sobre as manifestações do racismo.

CULTURA

Iniciativas divulgam arte africana na capital

Manifestações culturais são usadas como resistência e combate ao racismo.

A cultura africana está presente em diferentes meios. Foi trazida ao Brasil na época da escravidão, no período do tráfico negreiro transatlântico e sobrevive na arte, na música, no teatro, na gastronomia e na religião. Ainda é uma das principais formas de resistência e combate às opressões da população negra.

No Brasil, cerca de 54% da população é negra. Em estados como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, a cultura afro-brasileira destaca-se em virtude da migração dos escravos. Em Florianópolis, onde apenas 13,87% das pessoas declaram-se negras, essa cultura não predominou devido à colonização europeia. Mas isso não quer dizer que não exista iniciativas afro-culturais na Ilha.

O Coletivo Negras Experimentações Grupo de Artes (NEGA) é um dos grupos que resgata a cultura negra por meio do teatro. Desde 2011, é apoiado e mantido por um programa de extensão do Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). O coletivo é formado por artistas negros, cuja prática teatral contemporânea se fundamenta em expressões e manifestações culturais de origem africana, de modo que a arte seja utilizada para discutir o papel do negro pela sua imagem e representatividade na sociedade.

Thuanny Paes entrou para o coletivo assim que ingressou na faculdade de Teatro da Udesc, em 2013. Foi bolsista do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB) e a partir da vivência com esses grupos, passou a ter uma percepção maior sobre a questão ra-

cial e a cultura afro-brasileira. "Quando entrei no curso de Teatro, não existiam muitos negros e eu era leiga nessas questões. O NEAB e o NEGA foram primordiais para que eu pudesse me empoderar e me auto questionar sobre o que é ser negra no Brasil, na universidade e no curso de Teatro".

O grupo apresenta-se com a montagem teatral "Preta-à-Porter", que discute racismo na sociedade contemporânea. A intenção do grupo é falar sobre racismo de diversas maneiras. "Acredito que a arte é um bom meio de discutir sobre preconceitos. Acredito também que isso deva se unir à outras formas de combate ao racismo, como a militância dentro e fora da universidade. Como artistas, temos um papel muito importante, pois a arte pode ser muito política e tem o poder de transformar as pessoas", diz Thuanny.

Na música, um dos destaques é o Arrasta Ilha, grupo de maracatu do baque virado que também apresenta outras manifestações populares com influência africana, como o boi de mamão, coco de roda e afoxé. A percussão é formada por alfaias, abês, apitos, atabaques, gonguê, ganzás e taróis, além da voz solo e do coro. No carnaval, o grupo chega a reunir cerca de 60 membros, no resto do ano esse número cai para 20 a 30, entre dançarinas, batuqueiros e cantores. A ideia surgiu depois de uma oficina promovida por "Nego Veio", de Minas Gerais, no começo de 2002, e os participantes se juntaram para uma apresentação no carnaval daquele ano.

Embora não tenha participado da oficina, Charles Raimundo, apito e cantor da comunidade maracatu, integrou o grupo em 2002. Ele conta que muitas vezes a manifestação da cultura afro, por meio da música, não é bem vista na Ilha.

"O maracatu, por exemplo, algumas pessoas não consideram como música, apenas barulho. Por outro lado, ele é uma forma de resistência, onde negros



Gloire Ilondé, cantor, faz Design Industrial na Udesc.

Foto: Miriam Amorim/Zero

e interessados pela cultura afro, apesar de tudo, lutam para se expressarem”.

Conhecido nas ruas e nos carnavais de Florianópolis, o grupo percebeu que as pessoas manifestavam interesse pelo maracatu e a partir daí decidiram se reunir na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Iniciaram os ensaios em frente ao Centro de Comunicação e Expressão (CCE), todos os domingos, e hoje se encontram em frente ao Centro de Convivência.

Marga Viera, membro há sete anos, é presidente do Arrasta Ilha. Ela conta que o maracatu tocado pelo grupo é uma junção de quatro nações do gênero: Porto Rico, Leão Coroado, Estrela Brilhante do Recife e Estrela Brilhante de Igarassu. “Maracatu é vida, ancestralidade, religiosidade e espiritualidade. Essa possibilidade de fazer música coletivamente é muito importante. O Maracatu é parte da minha vida. A minha família e os meus amigos estão aqui. O Maracatu tem grande representatividade na minha vida”, afirma.

A cultura afro-brasileira da Ilha também conta com artistas solo, um deles vindo do continente africano. Gloire Ilondé Eale Bolele começou a cantar aos nove anos na República Democrática do Congo, centro África, onde morava com a família. “Tenho essa benção. Na minha família, todo mundo ou canta, ou toca”.

Gloire chegou ao Brasil em abril de 2011 e passou nove meses em Porto Alegre, onde estudou português para estrangeiros. Fez uma prova por exigência do Programa de Estudantes — Convênio de Gradua-

ção (PEC-G), pertencente ao Ministério da Educação (MEC) — pelo qual veio ao Brasil — para poder continuar no país. Quando passou na prova, mudou-se para Florianópolis e ingressou na Udesc, onde estudou Artes Visuais por um ano e meio.

Gloire tem um projeto solo, de nome artístico “Ilonde”, apresentando suas canções pela Ilha, principalmente na Lagoa da Conceição. Segundo ele, no Brasil as pessoas valorizam mais a cultura europeia em detrimento da cultura africana e da indígena, que tem muitas coisas em comum, porque ambos os povos foram oprimidos e tiveram sua história e cultura abafadas. “Hoje em dia precisamos usar essa ferramenta que é a cultura: música, pintura, teatro, para contar a história dos nossos antepassados, além de compartilhar e mostrar o lado bom dessa cultura”.

Gloire acha interessante as manifestações culturais realizadas na UFSC, mas chama atenção para o fato delas serem restritas à universidade e não saírem para as favelas e comunidades. “Essas expressões culturais precisam ser expandidas, sair dos bairros burgueses”. Para ele, a cultura

afro tem um vínculo muito forte com a arte, pois é uma forma de expressão com um significado maior que a estética. “O fato de eu ser, por exemplo, cantor africano e cantar na língua de minha origem, não quer dizer que eu esteja promovendo a cultura africana, mas sim fazendo arte”.

A cultura afro também está presente no cinema em Florianópolis. O projeto piloto da série online “Agô” estreou na semana da consciência negra do ano passado. Criada pelo ator, diretor e roteirista Lau Santos, que desenvolve boa parte de seus tra-

balhos voltados para a igualdade racial, ela discute a questão na capital. Em setembro de 2005, o roteirista Babyton Santos juntou-se ao projeto, desenvolvido na comunidade do Monte Serrat, onde mora e milita.

A ideia da série online é contar a história de sete jovens negros, moradores do Monte Serrat, que conspiram para invadir as praias do Norte da Ilha, após a criação de uma lei que proíbe negros de frequentá-las. “Agô” busca dar visibilidade aos negros e confrontar o sistema racista, que mesmo se tratando de ficção, é pautado na realidade.

Para Babyton, a cultura afro-brasileira em Florianópolis é mínima, devido a forte presença cultural europeia. “Difícil falar de cultura negra em um estado que se vende e se identifica como eurocêntrico, que só valoriza e potencializa elementos culturais baseados na Europa. Aqui na Ilha mesmo, é mais evidente a cultura açoriana. Então não se tem investimentos nem espaço para a cultura afro, mas ainda assim, temos pequenas iniciativas e grupos de resistência que salvam nossa cultura”. ☺

“PRECISAMOS USAR ESSA FERRAMENTA QUE É A CULTURA PARA CONTAR A HISTÓRIA DE NOSSOS ANTEPASSADOS”.

Carol Andrade
andrade.carolsousa@gmail.com
Nahomie Laurore
nahomielaurore@gmail.com



Baixe o aplicativo para leitura do código — *QR droid* (Android) ou *QR Reader* (iOS) — e confira a reportagem na íntegra.

Fotos: Vitor Shimomura/Zero



Grupo Arrasta Ilha realizou uma apresentação de Maracatu no Centro de Florianópolis, em 10 de maio, para comemorar o Dia do Trabalhador.

Florianópolis acumula R\$ 320 mi de dívidas na Previdência Social

Segundo Tribunal de Contas de SC, déficit no setor é maior que em todos municípios do estado juntos.

A Câmara dos Vereadores aprovou o 13º parcelamento do pagamento patronal (parte da prefeitura) no fundo da previdência. Na sessão realizada no dia 11 de maio, foi liberado o Projeto de Lei 16.604 do Executivo para pagar as seis últimas folhas (de novembro de 2015 a abril de 2016) em 60 meses – cerca de R\$ 30 milhões. A partir de agora, a prefeitura não poderá mais parcelar sua parte do pagamento destinado ao Fundo Financeiro (pertencente aos servidores antigos) porque nele não há dinheiro suficiente para pagar os aposentados.

O fundo da previdência é composto pela contribuição do servidor, 11% referente ao seu salário, mais 14% da parte patronal. Desde que Florianópolis se desvinculou do Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPESC), e criou seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em janeiro de 1999, o pagamento patronal já foi parcelado 13 vezes. O que deveria ser pago mês a mês é deixado acumular seis meses e depois parcela-se entre 60 a 240 vezes.

José Roberto Tillmann, presidente do RPPS, critica a decisão de não pagamento à vista da parte patronal. “Adotou-se uma política pública, principalmente desde 2009 em Florianópolis, do não recolhimento da parte patronal. Enquanto não parar essa sangria, não vai resolver. Esses parcelamentos fizeram o planejamento do regime fraquejar em mais ou menos cinco anos”.

A atual composição do Conselho Administrativo iniciou sua gestão em dezembro de 2014 e já emitiu dois posicionamentos contrários aos parcelamentos. “Somente a partir da Lei 468/2013 o Conselho Administrativo foi efetivado. Antes disso, os projetos eram encaminhados diretamente para o Ministério da Previdência, não havia discussão na Câmara”, critica Tillmann.

O Instituto de Previdência de Florianópolis (IPREF) foi criado com a mesma lei, sua função é de auxiliar a gestão e administração do fundo da aposentadoria. Alex Sandro da Silva, superintendente do órgão, defende que os parcelamentos “são benéficos porque rendem mais. Enquanto o depósito à vista irá render no fundo no máximo 10% ao ano, no parcelamento o reajuste é de 1% ao mês mais a variação do INPC (Índice Nacional do Preço ao Consumidor)”. Alex Sandro da Silva concorda que são muitos parcelamentos, no entanto, afirma que não são eles os responsáveis por essa situação delicada da previdência.

Despesas

O Fundo Financeiro não tem dinheiro para pagar a folha mensal dos aposentados, que hoje é de R\$ 12.070.642, uma vez que conta apenas com R\$ 2.954.246 em caixa (dados de fevereiro deste ano do IPREF). Para repassar todos os benefícios, a prefeitura não pode mais parcelar a parte patronal, deve pagá-la à vista, junto com a parte do servidor, além de R\$ 3.028.316 referente à soma de todos os parcelamentos. “Hoje, o Fundo Financeiro está em equilíbrio, o que ele recebe, ele paga, mas em alguns meses será necessário buscar dinheiro dos cofres públicos”, analisou Alex Sandro da Silva.

Ainda neste ano o município terá que utilizar o dinheiro do Tesouro para pagar os aposentados. Esse gasto irá incrementar na porcentagem do pagamento com funcionários – o que não aconteceria caso os benefícios viessem do fundo. O Tribunal de Contas do Estado já emitiu um alerta para Florianópolis de que as despesas com o pessoal estão acima da taxa permitida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54%.

Está especificado na Lei que “o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro”. Caso o problema não seja corrigido, o município não terá direito a três benefícios complementares. Transferências voluntárias da União, garantias do Estado e fica proibido contratar operações de crédito – a menos que visem à redução das despesas com pessoal.

Mesmo não participando diretamente da votação do

Lucas Weber/Zero



José Roberto Tillmann, presidente do Conselho do RPPS.

“O QUE ESTÁ EM CRISE NÃO É O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO, É A PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS”.

Projeto de Lei que autorizou mais um parcelamento do fundo previdenciário, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasm) manifestou seu posicionamento contrário a aprovação. No dia 28 de março, a entidade enviou uma carta para o vereador Afrânio Boppré (PSOL) opinando sobre o tema e pedindo seu apoio. Alex dos Santos, presidente do Sindicato, a convite do vereador, discursou na audiência pública que debateu o projeto em 27 de abril. “Essa medida tem gerado uma pressão profunda sobre os fundos da previdência, que estão sendo levados a falência”.

Para o presidente do Sintrasm, os problemas administrativos da previdência começaram desde sua criação em 1999, quando ao se desvincular do IPESC Florianópolis iniciou seu regime próprio da Previdência com responsabilidade sobre 600 aposentados. Não houve uma capitalização inicial para formar o fundo de aposentadoria – o município começou pagando antes de recolher. Não foram feitos estudos para definir a alíquota previdenciária, porcentagem que o servidor e a Prefeitura devem contribuir mensalmente para o fundo. Ela foi estipulada com a taxa mínima permitida: 11% para servidor e 14% para prefeitura. Apenas o pagamento de pensão permaneceu com responsabilidade do Estado.

Alex Sandro da Silva, superintendente do IPREF, afirma que o correto seria iniciar o regime “contratando novos servidores para se aposentar em pelo menos 30 anos. Mas o que aconteceu foi, além de já ter iniciado com aposentados, os trabalhadores estavam envelhecidos”. Para ele, “esse atual quadro de desequilíbrio já era previsto em 1999. Sabia-se que o município teria que investir recursos todo mês para pagar os aposentados”.

União dos fundos da previdência

Na mesma sessão em que os vereadores aprovaram o novo parcelamento, foi rejeitada a proposta de união dos fundos da previdência. O objetivo do Projeto de Lei 1.529/2016 apresentado pelo Executivo, era juntar o Fundo Previdenciário, que cresce em média 3% ao mês, ao Fundo Financeiro, que atualmente não tem saldo para pagar os aposentados. O Secretário da Fazenda, André Luís Bazzo, afirmou que a prefeitura não pensa em reformular o projeto para enviá-lo novamente. “A votação da Câmara definiu por rejeitar. A vida segue, já temos outras ideias”.

Apesar das nomenclaturas diferentes, os dois fundos têm o mesmo objetivo: garantir segurança financeira ao servidor público na aposentadoria. A divisão ocorreu em 2009, durante o governo Dário Berger. Denominada Segregação de Massas, a medida teve como objetivo criar um fundo balanceado e capitalizado, que já iniciou com servidores jovens que vão contribuir ao menos 30 anos antes de se aposentarem, e outro que mantivesse as dívidas do antigo, originadas quando Florianópolis criou seu regime próprio de previdência. O objetivo é que esse último acabe, por isso não são cadastrados novos servidores.

De acordo com um estudo do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Fundo Financeiro acumulará um déficit de R\$ 9 bilhões antes de acabar. Alcionei Vargas, auditor do órgão, participou do chamado Cálculo Autorial. “É uma previsão de como estará o balanço de contas quando o fundo for extinto, ou seja, quando todos os servidores se aposentarem e os pensionistas falecerem. Isso significa mais ou menos 60 anos”.

Para Vargas faltam estudos aprofundados para planejar metas de longo prazo – acima de 30 anos. “Devem ser realizados todos os cálculos autorais necessários a fim de mostrar a viabilidade da fusão”. No entanto, lembra que o principal problema é a má administração ao longo de todo regime de previdência de Florianópolis. “Nada adianta se não for pago o que se deve”.

Kliwer Schmitt, diretor de Controle dos Municípios do Tribunal de Contas, também foi contra a união dos fundos e critica a condução da previdência em Florianópolis. “A segregação de massas mascara uma situação deficitária, porque cria um fundo que aparenta estar saudável. Ao dividir em dois fundos, a Prefeitura deveria ter tomado medidas necessárias para equilibrar as contas. Essa junção estaria lesando as recomendações do Ministério da Previdência”.

José Roberto Tillmann diz que o principal problema é que as medidas adotadas são sempre pensadas para quatro anos. “Mesmo com a união dos fundos, o problema não estaria resolvido. No máximo por seis anos, após isso voltaríamos para a mesma situação. O município tem que se reestruturar internamente. O que está em crise não é o sistema previdenciário, é a prefeitura”.

André Luís Bazzo explica que a administração municipal está formulando um novo plano de capitalização dos recursos da previdência. A ideia é “de alienar (transferência de bens) terrenos do município. O dinheiro gerado seria destinado integralmente para a previdência”. O secretário não estipulou a data que o projeto será enviado para Câmara. “Estamos formalizando a ideia, há uma série de questões legais e técnicas a serem analisadas, mas estamos trabalhando”.

Gabriel Neves
gabrielneves.jor@gmail.com
Lucas Weber
lucasweber8@gmail.com

Governo de Angela Amin

1999

FLORIANÓPOLIS CRIA SEU RPPS*

Fim do convênio com o sistema previdenciário do Estado (IPESC). É criado um fundo para o pagamento da aposentadoria **sem capitalizar recursos** e pagando benefícios para **600 aposentados**.

*Regime Próprio de Previdência Social

Segundo mandato de Angela Amin

2004

Angela Amin retira aproximadamente **R\$ 22 mi** do fundo da previdência. **R\$ 18 mi** são aplicados no Banco Santos (após dois meses, instituição vai à falência) e **R\$ 4 mi** são repassados para os cofres da prefeitura.

Governo de Dário Berger

2006

Tribunal de Contas do Estado determina que o dinheiro repassado aos cofres da prefeitura deve voltar. Dário Berger **parcela** a dívida em 240 vezes.

Primeiro dos 14 parcelamentos no fundo da previdência.









Em **2008** Dário Berger repassa aproximadamente **R\$ 8 mi** do fundo para os cofres da prefeitura.

Segundo mandato de Dário Berger

2009

SEGREGAÇÃO DE MASSAS

São instituídos dois fundos para a aposentadoria:

FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO
Representa o primeiro fundo criado. Nele estão os servidores empregados até janeiro de 2009.	Destinado para os servidores novos, registrados a partir de 2009. Começa da forma correta, saudável.
 4.540 ativos	1.991 ativos 
 1.282 inativos	2 inativos 
 R\$ 2.954.246 no fundo	R\$ 95.926.560 no fundo 
 R\$12.070.620 folha de pagamento	R\$ 4.097 folha de pagamento 

Governo de César Souza Junior

2013

Através da Lei Complementar nº 468, foi criado o **Instituto de Previdência de Florianópolis - IPREF** e efetivou o **Conselho Administrativo** do RPPS (esse foi criado com a lei 349/2009)

Infografia/Zero

Aposentadoria de SC supera gastos da saúde

A previdência catarinense é um dos temas de maior preocupação do governo de Santa Catarina e causa enorme tensão para boa parte dos servidores estaduais. Segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE), as despesas previdenciárias para 2016 serão próximas a R\$ 2,5 bilhões, valor que ultrapassa, por exemplo, os aproximados R\$ 2 bilhões a serem investidos neste ano na saúde pública, conforme determinado na Lei Orçamentária anual aprovada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc).

Na tentativa de encontrar soluções para as despesas previdenciárias, dois projetos de lei propostos pelo governo foram aprovados pelos deputados catarinenses em dezembro de 2015. Eles preveem a mudança na organização e contribuição do fundo previdenciário, bem como o ânimo dos concurreiros.

A Lei Complementar (LC) nº 662/2015 juntou dois fundos previdenciários: o que já existia antes de 2008 e outro criado naquele ano. Antes da fusão, o mais antigo somava déficits próximos a R\$ 2 bilhões anuais, com projeção de acumular R\$ 120 bilhões de déficit nos próximos 70 anos. Enquanto que o outro, mais novo, operava com cerca R\$ 800 milhões em caixa, e tinha uma previsão de superávit de R\$ 200 milhões em igual período.

De acordo com o TCE, após a união dos fundos, aproximadamente R\$ 400 milhões do mais recente foram usados pelo Estado para pagar despesas previdenciárias. Com isso, a projeção de déficit dos fundos unidos é de R\$ 142 bilhões nas próximas sete décadas.

O Diretor de Controle dos Municípios do Tribunal de Contas do Estado, Klewer Schmitt, explica que “o fundo criado em 2008 foi uma tentativa do governo de salvaguardar as aposentadorias das próximas gerações, uma vez que o antigo acumulava déficits históricos. Portanto, a união dos fundos acabou matando um que era saudável”.

Por outro lado, o Coordenador de Saúde e Segurança do Trabalhador do Sindicato dos Servidores do Estado, Sebastião Amorim, argumenta que “a divisão da previdência em dois fundos foi uma manobra do governo para se eximir da solução do déficit de um deles. A união das previdências respeita o caráter de participação e solidariedade inscritos na Constituição”. Segundo ele, “é preciso uma gestão transparente do dinheiro do fundo mais novo e alternativas para estancar a crise, como a contratação de novos servidores para incrementar a contribuição dos inativos”.

Inicialmente, a fusão dos fundos trouxe complicações legais para Santa Catarina. A previdência catarinense perdeu o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) por não ter respeitado critérios de equilíbrio financeiro e atuarial definidos pelo Ministério da Previdência. Isso fez com que parte das verbas federais destinadas ao estado em 2016 ficassem bloqueadas.

O governo catarinense conseguiu o CRP depois de entrar com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). A Procuradoria do Estado alegou que a lei federal que disciplina as regras gerais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) não faz menção a impedimentos nas junções de fundos e está hierarquicamente acima do que rege uma portaria do Ministério da Previdência.

O diretor-presidente do Santa Catarina Previdência (SCPREV), Célio Peres, declara que “a união dos fundos representou um fôlego nas contas públicas e uma garantia de que os aposentados e pensionistas pudessem receber seu dinheiro”. Ele também declara que “de nada adiantaria projetar um belo futuro se não conseguimos dar conta do presente”.

Peres explica que antes de 1988 o número de servidores ativos era maior do que o de inativos e, por isso, não havia contribuições previdenciárias diretas dos servidores estaduais, ou seja, o trabalhador se aposentava sem ter contribuído de forma direta para o regime. Ele comenta que os benefícios de algumas categorias oneram muito a previdência e recorda que até 2013 havia paridade de salários entre ativos e inativos e conclui que o Estado está, em parte, engessado para organizar suas contas por legislações federais sobre o tema.

Previdência complementar

Em mais uma tentativa do Estado de conter os gastos previdenciários, a Alesc também aprovou, no mês de dezembro do ano passado, a previdência complementar (LC nº 661/2015). O texto legal atingirá os servidores que entrarem na carreira pública após a implementação do fundo complementar (SCPREV), o que está previsto para junho de 2016. O servidores do Estado que ganharem acima do teto de R\$ 5.189, terão a opção de aderir, ou não, ao fundo para aumentar seus rendimentos na aposentadoria. A alíquota calculada sobre o salário do servidor que ganhar até o teto será calculada em uma proporção em que o Estado pagará o dobro da contribuição do servidor. Para o montante que extrapolar o teto, o servidor contribuirá, se quiser, com uma alíquota entre 6% e 8% e o Estado com igual valor definido pelo trabalhador.

Na prática, o servidor que entrar em 2016 ganhará uma aposentadoria menor do que aquele que entrou em 2015 para o mesmo cargo. A menos que esse novo servidor fizer contribuições acima de 8%, o mercado financeiro tiver uma boa média de rendimentos (onde o dinheiro será aplicado) ou se o servidor trabalhar por um período maior do que o tempo determinado para se aposentar.

A medida foi tomada para suavizar os cerca de R\$ 5,5 bilhões a serem pagos pelo Tesouro aos aposentados e pensionistas, somente em 2029. Esse valor se aproximaria dos gastos com saúde e educação juntos. Segundo estudos realizados pelo governo do Estado, o gráfico de gastos previdenciários começará um leve processo de queda apenas em 2037.

O policial civil Marco Pinheiro, que ingressou nos quadros públicos em 1984 e pretende se aposentar em três anos, diz que viveu um momento particular no serviço público. “Eu peguei a fase de ouro. Os salários quando entrei eram muito baixos, mas na década de 1990 e início dos anos 2000 tiveram aumentos e benefícios incorporados. Depois, houve um processo de estabilização de ordenados. Agora, a inflação come o nosso salário que não aumenta. Fico preocupado com o meu filho que vai se formar e diz que quer fazer concurso para polícia”.

Já a estudante de engenharia, Maria Lima, que vislumbra uma carreira no setor público, se diz preocupada com o seu futuro profissional. “Vejo que uma parte das grandes empreiteiras está em crise por causa dos envolvimento com escândalos de corrupção e da situação econômica delicada do país. É possível que eu tente o concurso público, mas a estabilidade da carreira pública está pouco a pouco deixando de ser atrativa porque os salários estão congelados e as aposentadorias estão minguando”.

João Marcos Halliday

joaohalliday@gmail.com

Manuel Vitart

manuelvitart@gmail.com

Quanto vale o Campeche?

Grandes empreendimentos imobiliários no segundo maior distrito do Sul da Ilha intensificam problemas de saneamento, poluição e qualidade da água.

O impacto ambiental gerado pelo crescimento urbano em áreas verdes no Campeche tem causado poluição e falta de balneabilidade na segunda maior Bacia Hidrográfica de Florianópolis. No relatório de maio da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), os pontos mais visitados da praia, o Riozinho e a Avenida Pequeno Príncipe, foram considerados impróprios para banho três meses depois do fim da alta temporada de verão. A região não conta com sistema público algum de esgotamento sanitário. As complicações têm efeitos preocupantes sobre o Aquífero do Campeche, importante reservatório de água doce, que recebe diariamente os dejetos produzidos por cerca de 90 mil pessoas.

A solução para o problema do saneamento básico no Sul da Ilha ainda é contraditória. Defendida pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan), a proposta da nova Estação de Tratamento (ETE) do Rio Tavares, que receberá o esgoto de diferentes distritos da

região, obteve Licença Ambiental Prévia concedida pela Fatma em 2014. Com a obra, a Companhia pretende lançar os efluentes tratados dentro da Baía Sul, com uma capacidade para verter 200 litros por segundo. O despejo sobre o mangue entre a foz do rio Tavares e a Base Aérea de Florianópolis, no entanto, é visto como inapropriado pelo Ministério Público Federal (MPF). De acordo com a Procuradora da República Analucia Hartmann, o impacto causado pelo lançamento de esgoto tratado sobre o rio Tavares pode causar a destruição do ecossistema gerando danos irreversíveis ao meio ambiente.

O projeto da estação prevê o lançamento do esgoto tratado no manancial do rio Tavares que desemboca no manguezal da Costeira do Pirajubaé, por um período de até cinco anos, quando se implantará um emissário submarino no Campeche.

Alexandre Trevisan, engenheiro químico da Casan, argumenta que a obra da nova ETE — que também inclui a construção de 200 quilômetros de rede coletora pelos distritos do Sul da Ilha — irá melhorar as condições ambientais, pois possibilitará o tratamento do efluente em elevados níveis de remoção de poluentes. A Casan aguarda a análise e emissão da Licença Ambiental de Instalação (LAI) pela Fatma. Analucia Hartmann, porém, afirma que a licença das obras será suspensa novamente pelo MPF, pois os Estudos de Impacto Ambiental exigidos não foram apresentados. “Não se trata da construção de uma casa ou um posto de gasolina, é uma estação de tratamento que pode causar um alto impacto ao ecossistema e pode gerar consequências inimagináveis a toda a Ilha”, afirma.

Ataíde Silva, presidente da Associação dos Moradores do Campeche (Amocam), é contrário a proposta da Casan. “Essa opção do emissário é como tirar o esgoto da cozinha e jogar na sala”,

desabafa. Para Silva, uma das principais lideranças da comunidade, a instalação de um sistema de saneamento descentralizado supriria a necessidade de construção da ETE do Rio Tavares e do emissário submarino. Além disso, garante que os condomínios construídos nas proximidades da praia têm grande responsabilidade pelo caos do saneamento básico no Campeche. A maioria dos residenciais, segundo o morador, não obedecem a legislação mais recente. “O agente fiscalizador

deveria ir e não vai. Além disso, cada prédio deveria ter um sanitarista contratado, o que não acontece”, explica.

Licenciamento

Não apenas grandes empreendimentos, mas casas e outras estruturas públicas construídas têm gerado impacto direto sob o solo devido

à superficialidade dos lençóis freáticos, com profundidade variando de 1m a 10m, do Aquífero do Campeche. De acordo com Marcelo Rosa, secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não existem dados oficiais sobre o percentual de edificações irregulares da região do Campeche. O número de fiscais é insuficiente: apenas 13 para a cobertura de Florianópolis. Leonardo Rorig, doutor em Ecologia e em Recursos Naturais, afirma que a ocupação de zonas verdes pela construção civil destruiu ao longo dos anos grande parte das áreas alagadiças que realizariam o processo natural de assimilação e tratamento de efluentes. Além disso, a progressiva impermeabilização dos terrenos arenosos situados próximos à praia afeta o estoque de renovação das águas do lençol freático, afirma Luiz Fernando Scheibe, professor aposentado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “Nestes locais você deixa de ter a queda direta da água da chuva e há uma dificuldade de drenagem. Como toda chuva é levada para esgoto

“O FUTURO DO SUL DA ILHA SERÁ ESGOTO, DOENÇAS, PERDA DE BALNEABILIDADE”.

Foto: Pedro Stropasolás/Zero



COMPARAÇÃO DE MODELOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO

- CASAN X MOSAL -



Miriam Amorim/Zero

pluvial, tem mais chances de ocorrer inundações”, argumenta Scheibe.

O último estudo sobre a qualidade das águas subterrâneas do Campeche foi realizado na década de 1990, segundo Scheibe. A Fatma explica que o licenciamento de grandes condomínios segue as regras da legislação. “É preciso um Estudo Ambiental Simplificado (EAS), que é analisado pelos técnicos do órgão estadual. Se o condomínio for viável, a implantação é seguida de diversas medidas compensatórias e mitigatórias”.

Segundo a dissertação de mestrado “Do valor do Espaço ao Valor no Espaço no Distrito Campeche (Florianópolis-SC)” defendida em 2003, por Paulo César Neves, do programa de pós-graduação em Geografia da UFSC, os loteamentos Novo Campeche e Areias do Campeche se destacam por terem causado as mudanças socioespaciais mais expressivas. Conforme o estudo, estes empreendimentos foram construídos em áreas contíguas às lagoas Pequena e da Chica, espaços tombados segundo Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, Lei municipal nº 1.202, de 02/04/74. As informações sobre o licenciamento destes condomínios, no entanto, não estão disponíveis para consulta na Fatma, pois o processo é anterior ao sistema utilizado pelo órgão atualmente.

A procuradora Analucia Hartmann avalia a questão de licenciamento ambiental autorizado aos grandes empreendimentos imobiliários como uma “grande irresponsabilidade administrativa”, pois não é exigido um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) aprofundado. A Resolução n. 001/86, do CO-

NAMA determina a realização do EIA para atividades humanas que causem uma significativa degradação ambiental, por exemplo: ferrovias, aterros e emissários. O EIA, ao contrário do EAS, avalia os aspectos socioambientais e econômicos da construção de um novo empreendimento. Analucia critica a falta de relatórios que levem em consideração os efeitos acumulados ao longo dos anos do conjunto de obras sobre a mobilidade, a balneabilidade, o saneamento, etc. Os empreendimentos, na sua grande maioria, foram erguidos a partir da década de 1990, em espaços próximos à Área de Preservação Permanente (APP), circundados por restrição, dumas semifixas e vegetação praial.

O Plano Diretor do Campeche de 1995 e a construção da Via Expressa Sul impulsionaram o crescimento do bairro.

Um dos apontamentos do PDC é que “as aspirações das comunidades locais caracterizam-se por uma visão bastante reduzida, tanto em nível espacial como temporal”.

Mosal e Casan divergem

Gert Schinke, ecologista e coordenador do Movimento Saneamento Alternativo (Mosal) – coletivo criado por cidadãos e entidades para influenciar as políticas públicas de saneamento básico em Florianópolis –, contesta o tratamento de esgoto dos edifícios construídos nos arredores da orla. “Licenciaram aquele paredão de edifícios que possuem estações de tratamento de mentirinha. Aquele esgoto vai com grande probabilidade atingir o lençol freático”, protesta. Schinke defende também a proteção e a valorização das

bacias hidrográficas, que deveriam ser o pilar para condução da gestão das águas, mas que são ignoradas pelo poder público, que trabalha com um conceito onde a tecnocracia se sobrepõe a lógica da natureza, segundo ele.

A alternativa proposta pelo Mosal – através de oficinas e intervenções pela cidade – trata da instalação de um sistema descentralizado, com pequenas estações de tratamento de esgoto espalhadas em pontos estratégicos do município. Schinke acredita que a construção da ETE no Rio Tavares, orçada em R\$ 200 milhões, para receber o esgoto de 100 mil pessoas “só favorece as empreiteiras”.

A respeito da proposta do movimento, o engenheiro químico da Casan Alexandre Trevisan coloca a disponibilidade de área para as construções como um grande empecilho, além de justificar que não há poços, lagos ou rios suficientes para receber os efluentes. “Esta falta de corpos de água em condições de receber os efluentes é que torna necessária a construção, em um futuro próximo, do emissário submarino”, argumenta. O Mosal garante, no entanto, que Florianópolis tem características ideais para receber este tipo de sistema, pois apresenta uma organização socioespacial multicêntrica, com uma boa diversidade de pequenos bairros e adensamentos. ☺



Baixe o aplicativo para leitura do código – QR droid (Android) ou QR Reader (iOS) – e confira a reportagem na íntegra.

Comunidade estuda alternativas

Em função do grave problema de saneamento vivido pelo Campeche neste ano, a comunidade se reúne semanalmente na Escola Januária para discutir a proposta de uma plataforma pedagógica de valorização do saneamento básico por meio de um curso oferecido aos moradores. Também participam membros do Núcleo de Educação Ambiental do Centro Tecnológico da UFSC (Neamb) e do Instituto Çarakura, que atua no bairro Ratoões, no Norte da Ilha.

Considerada uma iniciativa social, a proposta foi elaborada pelo movimento “Abraça Campeche” que propõe o saneamento básico como bem comum que deve ser apropriado pela comunidade. O objetivo final do curso é construir uma proposta com rigor metodológico e exigir da Casan um programa de pedagogia de saneamento para o bairro e a cidade.

O projeto é composto por uma série de encontros, que debatem nove pedagogias específicas com o intuito de aproximar os cidadãos comuns das leis que regem as políticas de saneamento da cidade. A metodologia se divide em

três momentos: estudos das leis, saída de campo e elaboração de estratégias. O trabalho é coordenado pelo professor Daniel José da Silva, engenheiro civil, especialista em Hidrologia, mestre em Sociologia e doutor em Engenharia de Produção. “As saídas de campo visam conhecer melhor o lugar onde os moradores vivem e as estratégias são feitas no campo da cultura, das leis e da política”, afirma.

O coordenador da Rádio Campeche, Arnaldo Prudêncio, participou de um encontro. Segundo ele, a ideia agrega pessoas interessadas em encontrar saídas comunitárias para o saneamento, entendendo o problema como uma responsabilidade de todos. A gastrônoma Simone Pacheco, moradora do Pântano do Sul, relatou que reutilizar os alimentos, que sobram dos restaurantes e em casa, em compostagens é uma maneira de causar menos impacto à natureza. Para Júlia Lahm, mestranda em Arquitetura na UFSC, o curso também ajuda a divulgar outras iniciativas que existem na cidade. Mário Kabílio, administrador de planejamento territorial, disse que esse projeto também é



Foto: Rubens Lopes/Zero

Projeto “Plataforma Pedagógica” gera integração entre moradores do Sul da Ilha.

uma forma dos moradores terem uma educação ambiental. Eduardo Elias, filósofo, salientou a importância de se pensar a sustentabilidade e apontar soluções para o meio ambiente.

O público diverso que vem construindo a Plataforma Pedagógica de Valorização do Saneamento Básico acredita que a cultura da sustentabilidade é mais fácil de entender do que essa lógica do caos. A iniciativa é pioneira na cidade e visa transformar

a Escola Januária em um espaço modelo de sustentabilidade, com esgoto tratado, horta onde as crianças têm aulas de educação ambiental e são capazes de expandir seus conhecimentos para a comunidade. ☺

Pedro Stropasolas
pedrostropasolas@gmail.com
Miriam Amorim
amorim.miriam@gmail.com
Rubens Lopes
rubenslopes@gmail.com

Simplicidade na arte de transformar

De costume, Adauto José Pereira, 43 anos, utiliza a criatividade para moldar peças de madeira e cuidar dos bichos espalhados pelo quintal de sua casa, situada às margens da principal avenida de Ponta das Canas, no Norte da Ilha. Munido da serra elétrica e dos equipamentos de rapel, o catarinense de São Domingos, Oeste de Santa Catarina, foi garçom e limpador de terrenos. Agora circula por diversos nichos de Florianópolis para podar e derrubar árvores de descarte, certificadas e autorizadas pela Polícia Ambiental.

A poda é a primeira parte do seu trabalho: Adauto também é artesão. Transforma madeira em esculturas, casas de passarinho, brinquedos e em tudo que a criatividade permitir. Seu filho mais velho, Pedro, ajuda no ofício. O caçula Adauan brinca entre os corredores de obras e animais – oito cachorros, o gavião, a gralha azul, o papagaio, duas pombas e cerca de trinta galinhas.

Amantes da arte de vários lugares do mundo visitam e deixam recados em um caderno. Adauto recepciona com simplicidade, e não se envergonha das mãos rugosas e das roupas sujas. Simplicidade é a palavra que mais repete. Sentado em um banquinho artesanal, conta do dia em que foi a uma loja no Centro comprar duas bicicletas. Os vendedores o ignoraram. Sujo e mal vestido por conta do ofício, ele foi ao caixa para mostrar o montante de cédulas de dinheiro trazidos no bolso, como forma de protesto. “Se tá sujo é porque trabalha. Quem trabalha tem dinheiro”, desabafa. ☺

Fotos: Pedro Stropasolas e Vitor Shimomura/Zero



Baixe o aplicativo para leitura do código - QR droid (Android) ou QR Reader (iOS) - e confira a reportagem na íntegra.

Pedro Stropasolas
pedrostropasolas@gmail.com
Vitor Shimomura
vitorshimomura@gmail.com